



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 041

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 68ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE MAIO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

Manutenção, por decurso de prazo, dos vetos presidenciais apostos aos Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 1978, e 97, de 1985.

1.2 — ORDEM DO DIA

1.2.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 37/86-CN (nº 653/85, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1982 (nº 2.631/80, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário.

1.2.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 5 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 69ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE MAIO DE 1986

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Dia Internacional do Trabalho.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Lançamento do *Diário Catarinense*, em Florianópolis—SC.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Críticas à candidatura do Sr. José Serra à Constituinte.

DEPUTADO CUNHA BUENO — Demora na aprovação de matérias pelo Congresso Nacional. Irregularidades administrativas que estariam ocorrendo no Governo do Estado de São Paulo.

DEPUTADO BOCAYUVA CUNHA — Observações a discurso pronunciado pelo Senador Nelson Carneiro, na sessão ordinária do Senado Federal.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Apelo em favor de um tratamento diferenciado por parte do Governo Federal, aos municípios situados no Vale da Ribeira—SP.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Posição de S. Exª com relação à indicação do Sr. Harry Schlaudemann para Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

DEPUTADO RUBEN FIGUEIRÓ — Importação de carne por parte do Governo.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Decisões tomadas pelos Prefeitos das Capitais dos Estados nordestinos, em reuniões realizadas no Recife nos dias 20 e 21 de fevereiro do corrente ano.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Homenagem póstuma ao Jornalista Chequer Elias, de Barra do Piraí—RJ.

DEPUTADO FRANCISDO DIAS — Administração da Associação Comercial e Industrial de Guarulhos—SP.

DEPUTADO ROSA FLORES — Reivindicações dos produtores de leite.

DEPUTADO RAIMUNDO LEITE — Candidatura do Sr. José Serra a Deputado Federal.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Considerações sobre o tempo destinado aos partidos políticos para propaganda eleitoral nas eleições do corrente ano. Desalojamento, pelo Governo do Distrito Federal, de famílias do Acampamento da Biquinha.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Redução do preço mínimo dos produtos agrícolas.

DEPUTADO ARLINDO PORTO — Serviços prestados ao Estado do Amazonas pelo empresário Mustaf Said.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 7/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 3.165, de 2 de outubro de 1984, que institui a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias e dá outras providências. **Votação adiada**, por falta de quorum.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 68ª Sessão Conjunta, em 6 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Aloysio Chaves —

Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Martins Filho — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — João Calmon —

Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Jaison Barreto — Ivan Bonato — Lenor Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00
 Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

DE OS SRS. DEPUTADOS.**Acre**

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos

— PMDB; José Jorge — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Araes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Pedro Corrêa — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Magalhães — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Vasco Neto — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PFL; Rubem Medina — PFL; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB;

Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Bete Mendes — PMDB; Caio Pompeu — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PDT; Jonas Pinheiro — PFL; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar-Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PDT; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Oscar Alves — PFL; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Val-

mor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaca — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A listas de presença acusam o comparecimento de 30 Srs. Senadores e 255 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Esgotou-se ontem, dia 5 de maio, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre as seguintes matérias vetadas parcialmente pelo Senhor Presidente da República:

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1978 (nº 317/75, na origem), que regula o exercício da profissão de técnico de radiologia e dá outras providências; e

Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1985 (nº 1.698/83, na origem), que dispõe sobre a validação dos cursos superiores não reconhecidos.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, os vetos são considerados mantidos.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da presente sessão o Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 37, de 1986-CN

É lida a seguinte

MENSAGEM

Nº 37, de 1986-CN

(Nº 653/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, nos termos dos arts. 59, § 1º e 81, inciso IV, da Constituição, resolvi, vetar, na íntegra, por ser contrário ao interesse público, o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1982 (nº 2.631, de 1980, na Casa de origem), o qual "acrescenta parágrafo ao art. 27, da Lei nº 3.274, de 1957, que disciplina o regime penitenciário".

A Lei nº 3.274, de 1957, que o Projeto pretende alterar, foi revogada pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984), em cujo art. 23, item VI, estão previstas as medidas concernentes aos documentos essenciais à reintegração do egresso.

Esta, a razão que me induz a vetar o referido projeto e que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de dezembro de 1985. — José Sarney.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55,
DE 1982, DO SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2.631,
DE 1980, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acrescenta parágrafo ao art. 27, da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 27.

Parágrafo único. O Diretor do estabelecimento penitenciário providenciará, durante o cumprimento da pena referida no artigo anterior, os documentos exigidos por lei para a reintegração dos detentos à sociedade, dentre os quais a Carteira de Identidade, Carteira Profissional e Título Eleitoral."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104, do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Senadores Hélio Gueiros, Helvídio Nunes, Aderbal Jurema e os Srs. Deputados João Gilberto, Brabo de Carvalho e Celso Barros.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 26 do corrente.

A convocação de sessão destinada a apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das comissões que o apreciaram e, se houver, o relatório da Comissão Mista.

O prazo de tramitação da matéria se encerrará em 20 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 5 minutos, neste Plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1986-CN.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)

Ata da 69ª Sessão Conjunta, em 6 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho.

Rondônia

Assis Canuto — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS, Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Héralito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Ar-

ÀS 19 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevire Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lôbo — Cesar Cals — Martins Filho — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — João Calmon — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Jaison Barreto — Ivan Bonato — Leônir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Ubaldino Meirelles — PFL.

raes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Pedro Corrêa — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Magalhães — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Vasco Neto — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PFL; Rubem Medina — PFL; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Bete Mendes — PMDB; Caio Pompeu — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães (P.R.) — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PDT; Jonas Pinheiro — PFL; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PDT; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Oscar Alves — PFL; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As lista de presença acusam o comparecimento de 30 Srs. Senadores e 255 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senhores Senadores:

Comemorou-se o Dia Internacional do Trabalho, 1º de Maio. Anualmente se repetem estas comemorações sem que os trabalhadores brasileiros tenham suas lutas reconhecidas e sem que tenham melhorado suas condições de vida.

Foi em 1886, que os trabalhadores de uma fábrica de implementos agrícolas e de outras fábricas pararam suas atividades. Reivindicavam 8 horas de jornada de trabalho. Trabalhavam até 16 horas. Reprimidos em sua manifestação, vários líderes foram presos e acusados de provocarem tumultos. Julgados de forma irregular, quatro dos líderes do movimento foram condenados e morreram enforcados. Apesar da reabilitação pública, os

mártires de Chicago passaram para a história. A partir daquele movimento, se instituiu o 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalho.

Assim foi e assim tem sido a luta dos trabalhadores em todo o mundo. Aqui no Brasil não tem sido diferente. Os trabalhadores são vítimas das desigualdades sociais e dos tratamentos injutos. Ao longo dos anos os trabalhadores brasileiros conseguiram alguns avanços. O salário mínimo, incluído na Constituição, deveria ser suficiente para lhes proporcionar vida digna. O salário mínimo foi conseguido, porém as condições dignas de sobreviver com ele ainda não. Fundo de Garantia, aposentadoria, Previdência Social, redução de jornada de trabalho, sindicalização e outros avanços foram conseguidos. Porém, o fundamental, que é uma vida condigna, proporcionada pela retribuição de seu trabalho, ainda não.

Quantas vítimas ainda serão necessárias para que, finalmente, os trabalhadores deste País possam alcançar a dignidade salarial através do seu trabalho? Não bastam as condições de subabitação em que vivem pelas periferias das cidades? Não precisamos lembrar aqui as dezenas de trabalhadores ou líderes sindicais vitimados por carregarem a bandeira das reivindicações trabalhistas. Os governantes vão se sucedendo sem que nada mude.

Não podemos deixar de registrar que o atual salário mínimo é o menor dos últimos 45 anos. Pela comparação com os dados estatísticos, em 1941, o salário mínimo correspondia a 85,04 dólares. Em 1952, o salário mínimo correspondia a 295 dólares e 80 centavos. Hoje, com o Pacote Econômico, o salário mínimo vale apenas 58 dólares e 24 centavos. Significa, repetimos, o mais baixo valor já atingido em toda a sua história.

O atual modelo econômico tem proporcionado a concentração de renda nas mãos de poucos. Se o País acumula superávits na sua balança comercial, como admitir que mais da metade de sua população vive em estado de penúria? Pesquisas encomendadas pelo próprio Governo comprovam que 75 milhões de brasileiros vivem em estado de miséria.

A propósito do Dia Internacional do Trabalho, vale lembrar que milhares de bancários vêm sendo demitidos, porque os banqueiros não admitem renunciar a qualquer parcela de seus lucros. É o trabalhador brasileiro quem tem sustentado o pagamento da dívida externa, pois é à custa de políticas de arrocho salarial que os Governos têm enviado cerca de US\$ 12 milhões anuais para o pagamento de juros de nossa dívida. A cada 7 anos, o Brasil paga sua dívida. Precisamos efetivar na prática a retórica dos discursos do Governo de que não se pode promover o desenvolvimento à custa do sacrifício do trabalhador, do povo brasileiro.

Após o Dia Internacional do Trabalho, cada cidadão deve reforçar sua luta pelo aperfeiçoamento da nossa Legislação Trabalhista. Que o seguro-desemprego possa atingir também o trabalhador rural, os bóias-frias, as empregadas domésticas, que possa atender a todos aqueles que perderam seus empregos. Precisamos de uma nova Lei de Greve. Precisamos de uma legislação democrática, representativa dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Infelizmente, ameaçada pelo poder econômico, a futura Constituinte poderá representar exatamente estes interesses. O Poder Econômico investe furiosamente sobre o eleitorado com o objetivo de atender apenas aos interesses dominantes das classes ricas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a esta Tribuna saudar o nascimento de mais um importante órgão da imprensa escrita do Sul do País, o moderno **Diário Catarinense**, impresso em Florianópolis, e que teve ontem sua 1ª edição.

O **Diário Catarinense** tem a responsabilidade da conceituada RBS, Rede Brasil Sul de Comunicações, e constituiu um acalentado sonho de Maurício Sirotsky, ex-Presidente da RBS, recentemente falecido, e que mereceu desta Casa sentida e significativa homenagem pela grande obra que em vida realizou.

A receptividade obtida pelo **Diário Catarinense** foi total, em poucas horas toda sua 1ª edição esgotada. Seu surgimento foi saudado pelo Governo e povo de Santa

Catarina, e nós, do vizinho Estado do Rio Grande do Sul, queremos nos unir ao júbilo dos Catarinenses por mais essa promissora concentração da RBS, comandada pela família Sirotsky.

No lançamento do *Diário Catarinense*, o Governador Espiridião Amin acionou o botão da rotativa que imprimiu o primeiro número do novo Jornal, e Dona Ione Pacheco Sirotsky descerrou a placa do parque gráfico Maurício Sirotsky.

Além do Governador Espiridião Amin, do Vice-Governador Vitor Fontana, do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen e de toda a liderança da área política, econômica, social e religiosa de Santa Catarina, o ato contou com a presença de Dona Ione Pacheco Sirotsky, viúva de Maurício Sirotsky, fundador do Grupo RBS, do Diretor-Presidente da RBS, Jayme Sirotsky, dos vice-Presidentes Fernando Ernesto Corrêa e Nelson Sirotsky, dos Diretores-Superintendentes Carlos Melzer, Marcos Dvoskin e Pedro Sirotsky, além de outros diretores, gerente executivos e funcionários da empresa, em Santa Catarina.

O *Diário Catarinense*, empreendimento que custou quatro milhões de dólares à RBS e criou cerca de 400 novos empregos em Santa Catarina, começou a circular dia 5, exatamente um dia após Zero Hora, o outro jornal da rede, ter completado 22 anos de existência. Veio somar-se aos outros 31 veículos de comunicação da RBS espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Brasília.

É o *Diário Catarinense*, o primeiro jornal brasileiro totalmente computadorizado, onde até as máquinas de escrever foram substituídas por terminais de vídeo ligados a um computador central.

O compromisso do *Diário Catarinense*, a exemplo de toda a Rede RBS, é com a comunidade, com a causa da democracia e do desenvolvimento.

Ao saudar, desta Tribuna do Congresso Nacional, o mais novo veículo da RBS, traduzo igualmente os meus cumprimentos à Direção da RBS e ao povo de Santa Catarina.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Pretendo, de hoje, possivelmente, às eleições, mostrar o que o poder econômico, principalmente, e infelizmente, no meu Partido, o PMDB, vem fazendo em São Paulo com o uso desavergonhado e condenável da máquina administrativa.

O assaltante eleitoral que leva o nome de batismo de José Serra, que trabalhou para o Governo Montoro e levou os benefícios condicionados às regiões; esse assaltante eleitoral, que se diz um homem de esquerda e um homem moralizado, vem invadindo essas regiões à sombra do Palácio dos Bandeirantes, onde se situa o seu comitê.

É para que se registre: o Sr. José Serra, um falso esquerdistas, que nem este rótulo merece, tem seu comitê instalado na Secretaria do Planejamento do Governo Montoro, de onde, no dia 18 deste mês, expediu, com o carimbo daquela Secretaria, correspondência a parlamentares — e tenho os envelopes comigo — em que fala de sua campanha à Constituinte. Este assaltante eleitoral, está envergonhando o PMDB de São Paulo, que está prestes a sofrer uma grande derrota, uma derrota que se avizinha, porque o Partido, nem o Sr. Montoro, não estão tendo a dignidade de proibir que o assaltante eleitoral José Serra e seus asseclas, também candidatos, continuem essa vergonhosa, esta desmoralizada campanha, que envergonha inclusive os mais empedernidos arenistas do passado, que se utilizavam da máquina partidária e da máquina oficial.

Sr. Presidente, que a imprensa registre, isto sim, muito mais do que a vergonha que possa ser um dia no Congresso Nacional, essa Constituinte virá a ser uma Constituinte prostituída porque, pelo menos no Estado de São Paulo, esses "jósés serras da vida", esses assaltantes eleitorais estão envergonhando um homem que podia, no ocaso de vida política, o Sr. Montoro, sair com dignidade do Governo. E nós, até o dia 15, nos reservamos ainda o direito de, se necessário, buscar guarida em um lu-

gar menos sujo e menos sórdido, porque essa gente está transformando o glorioso PMDB, que sucedeu o MDB, em um balcão de negócios eleitorais. E o capitão dessa campanha vergonhosa — e não admito que tirem qualquer nome — é o assaltante político José Serra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero aproveitar a oportunidade desta sessão do Congresso para, mais uma vez, fazer um apelo às lideranças do Partido do Governo nesta Casa, no sentido de que não continuem frustrando os brasileiros e as brasileiras que querem ver matérias serem discutidas, aprovadas ou rejeitadas por aqueles que os representam neste Congresso Nacional.

Entretanto, o que temos visto, Sr. Presidente? A Bancada do PMDB, majoritária nesta Casa, e com a responsabilidade de dar o *quorum* necessário para a votação das matérias, com as suas ausências, tem obstruído sistematicamente os trabalhos da Câmara dos Deputados, e, por que não dizer, do Congresso Nacional.

Nós do PDS não temos o número suficiente, Sr. Presidente, de Deputados e Senadores, para garantir o *quorum* mínimo necessário à votação de matérias, nesta Casa. Portanto, a responsabilidade da presença é do PMDB, que deveria estar presente neste Congresso, para discutir as matérias e vê-las votadas; e não, com a sua ausência, contribuir para a desmoralização do Congresso Nacional. E mais do que isso, impedir que matérias de autoria de Deputados e Senadores sejam discutidas e votadas. Lamentavelmente, a Bancada do PMDB, que não sei por onde anda, se por Portugal ou por outras plagas, aqui no Congresso não tem dado *quorum* necessário.

Lá no meu Estado, no Estado de São Paulo, Sr. Presidente, iria eu abordar o escândalo administrativo do Governo Montoro, como o desvio de verbas, verbas do Instituto Butantã, para a fabricação de soro antiofídico, que são desviadas para a sua promoção pessoal, através do rádio, da televisão e de jornais. Não preciso acrescentar nada ao testemunho, neste microfone, há pouco feito pelo ilustre Deputado Del Bosco Amaral, que conheço desde o seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo no ano de 1970. S. Ex^a tem sido um parlamentar exemplar, ontem na oposição e hoje no Governo, e ao depoimento do nobre Deputado. Sr. Presidente, nada preciso acrescentar, quando diz que o comitê do PMDB, ou de alguns candidatos, está instalado dentro do Palácio do Governo, dentro do Palácio Bandeirantes, onde o dinheiro público é usado para o envio de correspondências, feitura de cartazes, compra de votos no interior ou através de benefícios que o Secretário do Planejamento só envia a cidades que se comprometam politicamente com S. Ex^a.

Sr. Presidente, aí está o quadro de descalabro de São Paulo, se o Instituto Butantã não tem verbas, pergunte ao Sr. José Serra, Secretário do Planejamento, que é candidato à Constituinte, onde é que ele está colocando o dinheiro do Governo do Estado de São Paulo. E como diz o Deputado Del Bosco Amaral — só há uma resposta: é na sua própria candidatura. Portanto, Sr. Presidente, melhor do que minhas palavras, hoje, na Oposição, são as palavras de quem hoje está no Governo e denuncia o Governo de São Paulo. Peço ao Líder do PMDB, na Câmara, sua presença e a dos seus Deputados para que acabe a obstrução no Congresso Nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nobre Senador Nelson Carneiro fez declarações, hoje à tarde, no Senado Federal, acho que até provocado por uma intervenção do Senador Jamil Haddad que estranhava a ausência de um pedido de urgência na mensagem que o Presidente da República enviou à Câmara dos Deputados, mandando uma nova lei regulando a distribuição dos *royalties* sobre petróleo extraído na plataforma continental. Vale acentuar que duas leis já foram aprovadas pelo Congresso Nacional, por unanimidade.

Uma delas, em má hora, vetada pelo Presidente João Baptista Figueiredo e outra, recentemente, em boa hora, sancionada pelo Presidente José Sarney no último dia 27 de dezembro. Foi com enorme surpresa que ouvi os supostos esclarecimentos do nobre Senador Nelson Carneiro e não sei a que atribuí-los: se a um desejo muito grande de que realmente esses *royalties* sejam pagos imediatamente, que acredito que é aquilo que o Senador Nelson Carneiro deseja ou, então, está confundindo seu desejo com a realidade, pois a leitura da Mensagem significa exatamente o contrário do que afirmou o nobre Senador. Estou com as notas taquigráficas da sessão de hoje do Senado, e, inicialmente o Senador Nelson Carneiro faz um pequeno histórico, querendo culpar o Governador Leonel Brizola, afirmando que por insistência do referido Governador, teria sido vetada a lei aprovada no Congresso, que tinha um parágrafo quinto, prevendo que a aplicação da lei se daria a partir de 1º de abril. O Senador faz uma pequena confusão, dizendo que o pagamento seria feito em abril. Não! Se a lei não tivesse sido vetada, somente em julho seria pago o primeiro trimestre dos *royalties* de petróleo devidos, porque a lei diz o seguinte "O petróleo é pago por trimestre vencido".

Ora, da forma, como ficou a lei sancionada pelo Presidente José Sarney, o veto do art. 5º previa sua entrada em 1º de janeiro. Então, passou a ser devido o pagamento dos *royalties* a partir de abril.

Realmente, fomos surpreendidos de maneira extremamente desagradável, com o envio dessa mensagem que, ao contrário do que diz o Senador Nelson Carneiro, que afirma que os municípios e o Estado não perderão nada, que o dinheiro está sendo recolhido pela PETROBRÁS e será entregue oportunamente aos Estados e municípios produtores, a partir de 1º de janeiro, se contradiz com o que diz claramente a Mensagem do Senhor Presidente da República, que a lei só entrará em vigor, 30 dias depois da aprovação pelo Congresso, e, portanto, a PETROBRÁS só deve essa indenização a partir da publicação do regulamento que será feita pelo Poder Executivo.

Isso significa — e não há mais como disfarçar — que estão fazendo uma manobra de baixa politicagem contra o Estado do Rio de Janeiro, contra o Governo de Leonel Brizola. Mas, quem paga é o povo fluminense, quem está pagando é o campista, é o macaense, não é o Governador Leonel Brizola. É claro que a repercussão é sobre o seu governo, é uma mesquinha manobra política contra o Governo Leonel Brizola — isso não há a menor dúvida — mas quem vai pagar o preço dessa manobra, ao contrário do que diz o Senador Nelson Carneiro, que esse dinheiro está sendo recolhido e que vai ser pago a partir de 1º de janeiro, se esta Mensagem for seguida? A Mensagem está assinada por quatro Ministros de Estado — penso que o Presidente José Sarney quis se cobrir com quatro assinaturas — a do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, do Ministro do Interior e do Ministro das Minas e Energia.

Então, Sr. Presidente, a verdade é que o Senador Nelson Carneiro deve se unir a nós todos, inclusive, porque, S. Ex^a, que é o mais provável candidato das Oposições ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, não vai poder ir a Campos, nem a Macaé com esta Lei como está. S. Ex^a vai ter que se juntar a nós que vamos combater a e, se possível, entrar com um requerimento de urgência, tentando modificar o que aí está, para que o povo carioca e fluminense não seja vítima de mais uma mesquinha manobra que se procura fazer aqui, no Planalto, contra o Governo de Leonel Brizola.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje, pela manhã, estive no Vale da Ribeira, em Jacupiranga, a convite do Sr. Prefeito Bertola, a convite do Prefeito de Pariqueiraçu, Delmar, e de outros Prefeitos da região, numa reunião política, de que tomaram parte também representantes da SUDELPA. E ali, Sr. Presidente, pude ouvir os queixumes, as queixas e as reclamações dos prefeitos, dos vereadores, das lideranças locais, dos notáveis da região e das cidades.

O Vale da Ribeira, hoje, é uma parte do Nordeste que se implanta no sul do Estado de São Paulo. As deficiências são as mesmas, são as mesmas dificuldades, é a mesma miséria, são as mesmas carências. Não há nenhuma diferença entre o grande Nordeste e o Vale da Ribeira, o litoral sul do Estado de São Paulo banhado pelo rio Ribeira, entre as cidades do Nordeste e as cidades daquela parte do meu Estado. Esses queixumes recaíram sobre o Governo do Estado de São Paulo, sobre a própria SUDELPA; reivindicaram saneamento básico, ampliação das atividades da área social do Governo; reivindicaram estradas vicinais; reivindicaram asfaltamento de outras estradas, ligação da BR-116 à estrada litorânea, que vem do Rio de Janeiro em demanda ao Sul do País. Enfim, em todos os setores da atividade pública, o Vale da Ribeira é carente e, com justiça, reivindicatório.

Eu não sei por que, Sr. Presidente, não sei por que isso acontece, talvez, por ser o Vale da Ribeira um rio paulista, talvez por ser o Vale da Ribeira uma região de São Paulo, talvez por ser aquela região o litoral sul do pujante Estado de São Paulo. Todos desconhecem o contraste entre o Vale da Ribeira e as demais regiões de São Paulo; todos querem dar ao Vale da Ribeira o mesmo tratamento que se dá a São Paulo; todos querem que o Vale da Ribeira integre a riqueza, o desenvolvimento, a pujança de São Paulo aos olhos do Governo Federal.

Pois bem, Sr. Presidente, quero trazer a esta tribuna a reivindicação do Prefeito Bertola, do Prefeito Delmar, dos demais Prefeitos de Itariri, de Eldorado, do Vice-Prefeito de Cananéia, de Vereadores de outros municípios ali presentes na manhã de hoje, ao Governo Federal. Deve ser dado ao Vale da Ribeira um tratamento de choque para o seu desenvolvimento; deve ser dado ao Vale da Ribeira o mesmo tratamento altamente privilegiado que, com justiça e com isonomia — uma vez que esse é o princípio de se tratar desigualmente partes desiguais — o mesmo tratamento que é dado pelo Governo do Brasil ao Nordeste. Não é porque o Vale da Ribeira é paulista que ele deixa de sofrer as mesmas deficiências nordestinas.

Assim, Sr. Presidente, como medida de justiça distributiva, como imperativo de justiça social, como determinação do bom senso na administração pública, o Vale da Ribeira tem que receber do Governo Federal o mesmo tratamento dado às regiões mais pobres do País, quais sejam o Nordeste e o Norte.

Esta cogitação, este espinho de inquietação eu quero deixar aqui na consciência dos administradores maiores do Brasil, e especialmente do Ministro do Planejamento e do Presidente José Sarney. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos a notícia de que o Governo brasileiro já deu *agreement* para que o novo Embaixador dos Estados Unidos, no Brasil seja o Sr. Harry Schlaudemann.

Nunca nos pronunciámos sobre a designação de qualquer Embaixador de outro País no Brasil. Mas acreditamos que, nesse caso, há uma circunstância especial. Ocorre, que o Sr. Harry Schlaudemann foi exatamente o Embaixador dos Estados Unidos no Chile, ao tempo em que o ex-Presidente Salvador Allende foi deposto, num golpe militar violento, realizado contra um Governo eleito, democraticamente, pelo povo do Chile.

Todo o povo chileno, até hoje, sofre as consequências da ditadura militar do General Pinochet. Os povos da América Latina não querem outra coisa senão ver o fim dos dias de Pinochet. Somos solidários ao povo chileno, que hoje está proibido de se reunir para falar de qualquer assunto, para falar até mesmo de Astronomia, pois os militares, os policiais da ditadura de Pinochet tentaram evitar que estudantes e populares em Santiago do Chile, no dia em que passou o Cometa Halley, se reunissem para ver o cometa Halley e desejar que ele levasse para longe o General Pinochet.

Srs. Congressistas nós, realmente, estranhámos que o Governo do Sr. Ronald Reagan tenha designado para o Brasil, exatamente no momento em que as aspirações democráticas do povo brasileiro mais querem ver a democratização em profundidade do Brasil, tenha enviado

para cá o Embaixador que foi co-responsável, juntamente com a CIA, por um golpe militar contra o povo latino-americano, contra as aspirações democráticas do povo chileno, e que até hoje tem tido funestas consequências, a ponto tal de ainda no dia 1º de Maio, mais de cinco mil pessoas terem sido detidas e enviadas novamente para um estádio de futebol, onde os piores acontecimentos contra os direitos humanos ocorreram, por ocasião do golpe contra Salvador Allende. E hoje são conhecidos os documentos relativos à participação do Governo dos Estados Unidos, da CIA e da própria Embaixada dos Estados Unidos, no golpe militar do General Pinochet.

Assim, queremos estranhar e solicitar do Governo dos Estados Unidos, e mesmo do Governo brasileiro, que solicite a reconsideração desse *agreement*, porque trata-se de uma nomeação que vem desagradar os sentimentos democráticos do povo brasileiro. Preferiríamos que o Sr. Harry Schlaudemann nunca mais fosse nomeado embaixador de país algum, seja da América Latina, seja da África, seja da Ásia, porque tememos as suas ações, os seus precedentes são extremamente perigosos e tristes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Deu-me o Sr. Ministro da Fazenda Dílson Funaro — quando de sua entrevista às emissoras de televisão à saída da reunião do CINAB, na manhã de hoje — a impressão de uma autoridade que inicia a escalada para o autoritarismo!

Na ocasião, disse S. Ex^a que o Conselho (ou seja ele, pelo tom de sua voz e a expressão de seu rosto) havia decidido importar 250 mil toneladas de carne congelada para abastecer o mercado interno uma vez que ficou constatado não haver carne bovina no país!

Sinceramente não sei onde o Sr. Ministro colheu informação para tão disparatada declaração: Dos poderosos donos dos frigoríficos, que ganharão milhões com a importação? dos pecuaristas? destes, creio que não partiu a estapafúrdia declaração.

Há bovinos para abate e formação de pelo menos 50 mil toneladas aqui no Brasil central, e Centro-Sul, até o final da presente safra, ou seja, final de junho. Creio também que no Rio Grande do Sul, Paraná e na Bahia há contingente bovino para outras tantas 50 mil toneladas.

Por que o CINAB, ou melhor, o Sr. Ministro da Fazenda, não atentou para esta realidade? Por que o Sr. Ministro da Fazenda só deu, ao que parece, ouvidos aos superpoderosos industriais da carne de seu Estado?

São indagações que me encabulam e por certo todos quantos estarecidos ouviram as nervosas declarações do Ministro Funaro.

Sr. Presidente:

Algo não anda bem na execução do planocruzado. O nervosismo do Sr. Ministro demonstra isto claramente.

Iremos gastar divisas preciosas nesta fase de reabilitação de nossas finanças e iremos gastá-las desmesuradamente. Se o Ministro Funaro fosse mais calmo e ponderado na sua decisão de importar carne bovina, sem dúvida a quantidade/importação seria de cem mil toneladas menor e o Brasil pouparia milhões de dólares, além do que os próprios pecuaristas, se solicitados pelo Ministro, formariam, independentes da interferência direta dos frigoríficos abatedores, um esto, que razoável de carne congelada.

Lamentavelmente, o Ministro Funaro, no setor da economia rural, começa a cometer os mesmos erros do ex-Ministro Delfim, cujos resultados todos lamentamos.

Ainda há tempo para se reconsiderar a decisão.

É bom dizer, aqui, ao Sr. Ministro Funaro: o plano cruzado está dando certo, não há por que decisões inoportunas como a da importação de carne.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A pobreza, a doença e a fome aviltam o homem, corrompem a sua dignidade, minam-lhe a resistência física,

destroem-lhe a vontade e a capacidade de trabalho e terminam por deteriorar a própria higidez de uma raça.

Acosados por essas bestas do Apocalipse, lutam milhares de nordestinos, numa região onde se localizam alguns dos maiores bolsões de miséria do mundo, por uma sobrevivência precária e duvidosa, marginalizados de quaisquer dos mais elementares direitos inerentes aos seres humanos, evidenciados pelo desemprego, pela desnutrição, pela elevada mortalidade infantil, pela mendicância, pela insegurança e pela violência.

Tal é o quadro das Capitais nordestinas, agravado, nos últimos anos, por considerável aumento de população resultante do êxodo rural, decorrente de uma estrutura agrária medieval que, convivendo com o capitalismo selvagem, expulsa os trabalhadores dos campos e reduz a produção de alimentos para o consumo do país.

Angustiadíssimos ante tão calamitosa situação, reuniram-se os Prefeitos das Capitais dos Estados nordestinos no Recife, em 20 e 21 de fevereiro, onde elaboraram a "Carta do Recife", deflagrando um "movimento de mobilização permanente pela recuperação da autonomia administrativa e financeira dos Municípios, sem a qual ficaria frustrada a conquista popular do resgate da autonomia política".

Tal decisão firmou-se na evidência de que, não obstante o papel agora representado pelos Prefeitos das Capitais para o avanço das forças democráticas, "a eficácia de sua ação tem sido perigosamente inibida por entraves institucionais e vícios políticos do antigo regime".

As mudanças processadas no País não atingiram a sangria financeira, nem a subtração de poder decisório dos municípios imposta pelo antigo regime autoritário. Malgrado o respaldo popular obtido nas últimas eleições, os Prefeitos permanecem na mesma e humilhante condição de míseros pedintes de verbas federais, dependentes de instituições governamentais, meros interlocutores de um povo sofrido, a lhes cobrar mudanças que eles não podem oferecer, e se manifestam, mais angustiosamente, na questão do emprego, gerando, nas capitais nordestinas, enorme demanda por habitações, escolas, serviços médicos, e todos os demais, criando problemas de toda a ordem, até mesmo de limpeza pública.

Impossibilitados de solucionar, de modo próprio, tão sério caso, os prefeitos das capitais dos Estados nordestinos decidiram, por unanimidade:

... "1. Reivindicar, dada a gravidade da questão, medidas emergenciais para as capitais dos Estados do Nordeste, que incluam um plano de recuperação do emprego, envolvendo a reabertura de indústrias fechadas no período recessivo recente; incentivos a indústrias de pequeno e médio porte e a atividades econômicas comunitárias; a dinamização das atividades do setor terciário; e a urgente liberação de recursos federais para investimentos em infraestrutura social como forma de gerar empregos imediatos.

2. Exigir a participação dos prefeitos das capitais nordestinas no Conselho Deliberativo da SUDENE como forma de contrabalançar o peso das posições oligárquicas e garantir a consideração dos interesses das capitais na definição da política de desenvolvimento regional. Esta participação fortalecerá e redirecionará a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e outras entidades voltadas para a problemática urbana e regional, rwn no sentido indicado pelo documento "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste", aprovado pela SUDENE, em outubro de 1985.

3. Reivindicar nova postura da União no que se relaciona com a dívida das Capitais nordestinas inadimplentes junto aos órgãos do Governo Federal. Como primeiro passo, impõe-se a anistia dos débitos contraídos no período em que tiveram suprimida a sua autonomia municipal.

4. Exigir e participar da urgente redefinição do papel, atribuições e prerrogativas dos Municípios do Sistema Político nacional, devendo para estes transferirem-se obras e encargos, hoje sob a responsabilidade do Governo Federal — com os respectivos recursos — tendo em vista que cabe à Prefeitura, a coordenação e gerência desses projetos e que

nostros custos de execução seriam, certamente, mais baixos

5. Reivindicar do Governo Federal posição de absoluta firmeza no tocante à questão da dívida externa, repudiando qualquer postura que comprometa a soberania nacional e tenha consequência recessiva para nossa economia, inviabilizando a retomada do crescimento econômico e implicando no corte dos investimentos necessários à Região. Registre-se que, no Nordeste, o investimento com recursos tomados no exterior representa menos de 5% da dívida externa, não podendo, portanto, ser penalizada a Região com o pagamento da mesma.

6. Defender a reforma agrária ampla e geral, com a participação dos trabalhadores rurais e de seus órgãos de classe, e com três objetivos principais: 1) melhorar as condições de vida dos que trabalham na terra; 2) aumentar a oferta de alimentos para as populações do campo e das cidades; e 3) fixar os trabalhadores rurais no campo, freando o êxodo rural, inchador das grandes e médias cidades brasileiras.

7. Defender uma legislação do uso de solo urbano que tenha por principal objetivo o seu disciplinamento em função do interesse social, garantindo o direito à moradia e inviabilizando a especulação imobiliária.

8. Estabelecer a Constituinte — grande anseio político nacional — com fórum maior de concretização da plena autonomia municipal, através da ampla mobilização popular para eleger representantes comprometidos com o novo municipalismo.

9. Criar um fórum permanente dos Prefeitos das Capitais dos Estados da Região, com reuniões bimensais, a fim de discutir os meios e os instrumentos para enfrentar os mais angustiantes problemas das Capitais do Nordeste."

Gostaríamos de deixar aqui registrado o nosso mais irrestrito apoio às medidas propostas ou reivindicadas pelos Prefeitos nordestinos, certos de que, uma vez efetivadas, ter-se-á dado um grande passo não somente no sentido do restabelecimento da autonomia municipal, como, sobretudo, em prol da redenção do Nordeste brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É com pesar que ocupo esta tribuna para homenagear o cidadão, jornalista e político Chequer Elias, uma das figuras humanas mais expressivas de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, falecido no dia 28 de março último.

Barra do Piraí perdeu um dos seus mais ilustres filhos e este parlamentar um dileto amigo.

Do cidadão Chequer Elias a cidade guardará a eterna lembrança de quem soube honrar e dignificar os cargos que ocupou nas mais diversas áreas. No decorrer de sua vida esteve sempre à frente de associações que visavam o interesse do esporte, da música, da cultura, do jornalismo, da agricultura, do comércio e da indústria, das relações públicas e tantos outros campos profissionais. Até a Cruz Vermelha pode privar do privilégio de sua atuação. Como proprietário de algumas casas comerciais, inovou, ao estabelecer um relacionamento absolutamente fraterno com os consumidores.

Do Jornalista Chequer Elias, a população barrense manterá viva sua imagem através do maior legado que lhes deixa: o "Correio da Barra", o qual dirigiu durante 28 anos, modernizando-o e imprimindo, a cada edição, um estilo claro e combativo, sempre no interesse da comunidade. Por tudo isto, e pelo amor que nutria pela juventude, conseguiu trazer para perto de si os jovens que, em sua maioria, desempenham brilhantes carreiras nos mais importantes órgãos da imprensa do País.

Seu filho, o jornalista Antônio Carlos, saberá dar continuidade a essa grande obra.

Do político Chequer Elias, Barra do Piraí saberá perpetuar a imagem do defensor incansável dos seus interesses e dos interesses do seu povo. Acima das normais disputas e divergências políticas, prevaleceu neste lutador a dedicação às questões sociais, principalmente na área da

educação, onde sua maior luta foi em prol do aperfeiçoamento do ensino, que Chequer Elias entendia devesse alcançar, de fato, toda sociedade, especialmente a camada mais carente. Exultava de alegria cada vez que conseguia uma bolsa de estudo para um jovem. Para muitos deles conseguiu gratuidade até os níveis profissionalizante e universitário. Essa determinação, aliada a uma atuação diuturna, foi sempre reconhecida pela população de Barra do Piraí que o manteve como vereador, por seis legislaturas, na Câmara Municipal, onde ultimamente exercia a liderança da Bancada do PMDB, partido do qual era membro nato do diretório.

À sua família, D. Wanda de Carvalho Elias, seus filhos Paulo Tovar, Antônio Carlos e Marco Aurélio e netos, reitero o meu profundo pesar pela irreparável perda do nosso querido Chequer Elias.

No adeus a Chequer Elias, Barra do Piraí demonstrou, de forma inequívoca, todo o sentimento de dor e saudade que tomou conta de seu povo, onde milhares de pessoas acompanharam o cortejo fúnebre pelo centro da cidade.

Partiu o amigo, o jornalista e o político Chequer Elias, figura humana admirável. Fica, no entanto, a certeza de que o caminho que ele traçou na luta, dedicação e benevolência em favor do povo de Barra do Piraí haverá de ser trilhado por inúmeros jovens barrenses que jamais esquecerão seu exemplo.

Ao companheiro e amigo, que lamento não possa assistir aos novos tempos que virão, e pelos quais tanto lutou, o meu preto de eterna saudade.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Aproveito esta oportunidade, rapidamente, para deixar consignado aqui desta tribuna os meus parabéns à administração da Associação Comercial e Industrial da minha cidade, Guarulhos, no Estado de São Paulo, hoje presidida pelo ilustre Dr. Derghan Amad Derghan, juntamente com a diretoria que tem elaborado um trabalho extraordinário acompanhando o setor tanto comercial como industrial da minha cidade.

Faço votos que não somente nesta gestão, mas que, na sua reeleição, ele tenha pleno êxito juntamente com a diretoria e que possa continuar nos destinos daquela associação prestando serviços à nossa cidade, pois se trata de um cidadão nosso amigo, nosso companheiro do PMDB identificado com os nossos postulados fazendo um trabalho digno da honradez, da grandeza da nossa cidade Guarulhos.

Portanto, quero deixar consignado, nesta noite, os meus parabéns a esse companheiro, a esse amigo que tanto favor nos tem prestado através de nosso partido.

Fica aqui registrado a nossa admiração, o nosso profundo respeito pelo seu trabalho e os nossos votos que na sua reeleição ele tenha pleno êxito. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rosa Flores.

O SR. ROSA FLORES (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os produtores de leite, que sempre trabalharam com escassas margens de lucro, vivem momentos dramáticos, depois que o "pacote econômico" congelou os preços, às vésperas de uma alta prevista para aquele produto. A produção leiteira vem caindo acentuadamente no meu Estado, registrando-se uma queda de produção de 20% só no mês de abril, prevendo-se que será de 30% no mês de maio. Com um custo de produção de Cz\$ 2,94 e recebendo em retribuição Cz\$ 1,40, valores aferidos pelas autoridades, não podem os leiteiros continuar oferecendo o produto fundamental da alimentação humana. O preço de Cz\$ 1,40 era de dezembro passado e estava para ser revisto em março, de vez que a inflação dos meses de janeiro e fevereiro, sem precedentes na História, corroe os preços de todos os produtos, tendo até apressado o Governo a implantação da medida radical e bem sucedida do Plano de Estabilização Econômica. O boicote à produção do leite está sendo organizado pelos leiteiros do meu Estado, de vez que a resposta aos seus justos reclamos tem sido a providência de importação do produ-

to pelas autoridades responsáveis pelo abastecimento. Se sabe que o Governo sofre pressões de ponderáveis segmentos econômicos e políticos no sentido de desestabilizar o "pacote", mas no caso dos leiteiros sua reivindicação não se alinha entre esses interesses menores, de vez que sua luta é pela sobrevivência. No meu Estado, a produção leiteira é oriunda da pequena propriedade, está ligada ao minifúndio e, via de regra, associada à suinocultura. Essas pequenas propriedades, ainda são responsáveis por apreciável produção agropastoril e envolvem milhares de famílias, respondendo, em consequência pelo envolvimento significativo de mão-de-obra.

Neste caso, ou o Governo cede aos justos reclamos dos leiteiros ou terá de subsidiar o leiteiro estrangeiro através da compra do produto por preço bem maior que o nacional, agora ainda em alta apreciável em virtude da corrida dos países atingidos pela catástrofe conseqüente ao acidente da usina atômica soviética. Se não quiser o Governo sofrer o colapso do abastecimento para depois pagar o preço econômico e político decorrente desta insensibilidade, que providencie, com a urgência necessária, no atendimento desta reivindicação tão ligada historicamente à produção pastoril do Rio Grande do Sul.

Tenho dito. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre deputado Raimundo Leite.

O SR. RAIMUNDO LEITE (PMDB SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Embora respeitando seu pronunciamento, não irei ao extremo do nobre colega Deputado Del Bosco Amaral, quando faz referência ao que ocorre nas eleições de São Paulo, envolvendo, a bem da verdade, o Governo e até o nosso partido no que se refere a deslealdade com que se desenvolve o trabalho eleitoral de alguns candidatos a deputado estadual ou federal. E, particularmente, entre esses, podemos destacar e fazer coro com o que disse o nobre Deputado Del Bosco Amaral com referência ao ex-Secretário José Serra, quando da renovação do Diretório Regional ele anunciara que seria, dentre os membros do Diretório, o mais votado. E o foi realmente. E anuncia agora que, dentre os candidatos a Deputados Federais, ele será o mais votado. É possível que isto ocorra porque, quando Secretário, manipulou, de forma escandalosa, a secretaria, usando os prefeitos e as lideranças municipais. Agora, o Sr. José Serra deixa a Secretaria, mas lá ficou o seu paletó e, em consequência, continua no mesmo trabalho de, através do poder econômico, através do uso da máquina governamental, fazer uma concorrência desleal aos demais candidatos pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro. O Sr. José Serra é o cidadão que mais recebe título honorário nos Municípios de São Paulo.

E assim sendo, Sr. Presidente, e nobres Congressistas, o nosso Partido, a direção partidária em São Paulo deverá fazer alguma coisa para que não venhamos a ser massacrados por aqueles que, ontem tiveram e ainda continuam com o poder governamental. E, ainda mais, com o poder econômico capaz de esmagar a todos nós.

Era o que tínhamos a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SRA IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os líderes dos vários partidos com assento nesta Casa discutiram, hoje, longamente, a questão do tempo destinado à propaganda eleitoral de 1986 e como deveria esse tempo ser distribuído entre os partidos políticos. Evidente que não chegamos a nenhum acordo, mas o Partido dos Trabalhadores quer deixar um apelo a esta Casa, para que se chegue ao mínimo de justiça, para que os partidos políticos apresentem as suas propostas políticas, principalmente, levando-se em conta que se trata de uma eleição para a Constituinte e para Governadores de Estado. Não é possível que não tenhamos sequer um piso mínimo para que se apresentem as propostas políticas para a Constituinte, para o Governo do Estado, e que disputemos, evidentemente, na proporção das diferenças, o mínimo de tempo para todos os partidos.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos autoridade para discutir e exigir como os outros Partidos o têm. Por quê? A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal é constituída de apenas cinco Deputados, mas temos um Partido organizado em todos os Estados do território nacional e Territórios, 20% dos Municípios, com convenções municipais feitas, com convenções estaduais em andamento. Portanto, temos um Partido organizado nacionalmente, temos uma representação de luta popular e sindical, temos uma força política nacional e isso não é desconhecido pela Nação brasileira e por esta Casa.

Nós apelamos para uma equidade, para uma justiça, para uma possibilidade de disputa eleitoral, e que se chegue, nesta Casa, a dar um mínimo de tempo necessário para que os Partidos se coloquem politicamente. Já estamos concedendo e, lamentavelmente — isso temos que afirmar que é lamentável, — há uma desproporção entre os grandes partidos e os ditos pequenos partidos em nível de representação parlamentar. Agora, querer dar-nos, na base do arraso político, por exemplo, apenas cinco minutos como base, isso é insustentável. Nós, do Partido dos Trabalhadores, defendemos que haja, no mínimo, cinco minutos de tempo de televisão diário para todos os partidos políticos, e o restante proporcional. Não podemos abrir mão desse mínimo de 5 minutos.

Gostaríamos de deixar isto claro, porque me parece, mais do nunca, que esta batalha, esta colocação política não pode ser feita apenas pelos líderes partidários desta Casa. Parece-me que esta é uma tarefa dos partidos políticos.

Portanto, quando solicitamos, insistentemente, durante quatro dias, contato entre os Presidentes do PMDB, do PFL e dos demais partidos, para que amanhã, aqui nesta Casa — na Câmara Federal e no Congresso — sejam visitados todos os líderes políticos, foi no sentido de que houvesse uma conversa entre os presidentes dos partidos. E, para isso, o nosso Presidente, o Presidente do Partido dos Trabalhadores, estará aqui, amanhã, às 10 horas, a fim de entrar em contato com os presidentes de outros partidos, com o intuito de se questionar realmente o tempo partidário da televisão, para as eleições de 86. Temos a certeza de que a Nação brasileira quer, mais do que nunca, conhecer propostas políticas.

Seria lamentável termos que chegar ao ponto de utilizarmos a Lei Falcão. E por quê? Os programas partidários, principalmente os do PMDB e do PFL, com pronunciamentos de grandes lideranças nacionais, como Tancredo Neves, diziam ser necessária a eliminação da Lei Falcão, que seria necessária a igualdade de tempo partidário, de propaganda partidária. E toda essa nossa grande luta, durante anos e anos juntos, não se mantém, mas se volta para trás. Não se mantém nem sequer o princípio da Lei Falcão. Ao contrário, há um retrocesso eleitoral este ano, a partir da liberdade de propaganda eleitoral.

Portanto, o nosso apelo é no sentido de que se chegue a uma justiça quanto ao tempo eleitoral, no seu mínimo, — evidente que diferenciada — como ponto de partida.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui, como pronunciamento, que solicito que seja transcrito, um repúdio à forma de desalojamento pela qual cento e trinta e nove pessoas, quarenta famílias, foram retiradas, com todos os seus pertences, do Acampamento da Biquinha, localizada atrás da Rodoviária de Taguatinga. É lamentável que, a esta Casa não chegue um pedido, um Projeto de Lei para que não se desaloje e não se despeje; é lamentável que, no próprio Distrito Federal, não haja uma política habitacional coerente com a dignidade humana.

Há muito a desejar sobre a questão do direito de morar nesta Nação. E, mais lamentavelmente ainda é acontecer isso no Distrito Federal, onde nós temos problemas gravíssimos, com dezenas de crianças, dezenas de doentes, que estão, neste momento, sendo desalojados. De quê? De barracas de plástico e de casas de papelão. É uma vergonha nacional não conseguirmos garantir, neste País, com a oitava economia do mundo, o direito de viver, o direito de morar, o direito da sobrevivência. É lamentável que o Sr. José Aparecido, Governador do Distrito Federal, aja com tanta discriminação, com tanta violência, com tanta indignidade, perante as pessoas humanas. Registro o meu pronunciamento e o meu protesto, por esta forma de agir, atingindo o direito de morar

de cidadãos brasileiros, nascidos nesta terra. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO:

As ações antipopulares de governantes biônicos têm sido uma constante na História do Brasil, particularmente em Brasília. O Sr. José Aparecido de Oliveira, Governador do Distrito Federal, é um notório arbitrário, fortalecendo esse prática.

Aqui, em Brasília, no momento em que tramita, no Legislativo, uma proposição, visando a suspensão das ações de despejo, o Governo José Aparecido promove a derrubada do Acampamento da Biquinha, localizado atrás da Rodoviária de Taguatinga.

No Acampamento da Biquinha, provisoriamente, residiam em barracas de lona, há quase dois meses, quarenta e uma famílias. Desempregados, a maioria destes moradores vinha se dedicando ao artesanato. Os brinquedos e utensílios que produziam eram vendidos a intermediários por preços irrisórios.

Os moradores daquele acampamento pretendiam ali permanecer somente o prazo necessário para conseguirem um local mais digno para moradia, assim, como, desejavam obter um local onde pudessem vender, diretamente aos consumidores, os artesanatos que fabricavam.

Desejosos de melhores condições de moradia, participaram inclusive da criação do Comitê pró-Moradia.

No entanto, os moradores do Acampamento da Biquinha, que demonstraram entusiasmo com suas lutas no Dia Internacional dos Trabalhadores, foram surpreendidos, no dia seguinte, com a visita de representantes do GDF que exigiam a retirada dos moradores daquele local.

Os moradores não se deram por vencidos, recorrendo à lideranças populares locais, solicitando apoio, tendo, inclusive, a OAB/DF respondido aos seus chamados.

Hoje, às 10 horas, por telefone, o Sr. José Paro, administrador regional de Taguatinga, procurado por lideranças locais e moradores do Acampamento da Biquinha, se comprometeu a suspender a operação de retirada das barracas até às 16 horas, quando, numa audiência que concederia àqueles moradores e lideranças, se definiriam os termos da permanência ou não daquele Acampamento.

Demonstrando falsidade desses governos biônicos, daí a alguns minutos, policiais militares, sob orientação da Administração Regional de Taguatinga, promoveram a derrubada do Acampamento da Biquinha.

Os moradores do Acampamento da Biquinha estão ao relento e no mesmo local que antes residiam.

Não é possível que o Governo do Distrito Federal continue uma política habitacional que, praticamente, se reúne a perseguir aqueles que não têm onde morar.

Não é possível que a Nova República apresente uma demagogia de ações sociais, sem destinar uma maior parcela dos recursos públicos para habitação e geração de empregos.

Esperamos que a população do DF conquiste a satisfação do seu anseio de eleições diretas para o governo local, passo necessário para se livrarem de governantes antipopulares como o Sr. José Aparecido e seu submisso seguidor, Sr. José Paro.

A Liderança do Partido dos Trabalhadores manifesta o seu protesto em relação à ação político-militar de que foram vítimas os moradores do Acampamento da Biquinha e reivindica uma maior atenção governamental para os problemas da população local, inclusive os artesões do Acampamento da Biquinha.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Uma decisão unilateral do Sr. Ministro da Fazenda surpreendeu os agricultores brasileiros. Particularmente, a medida repercutiu, da maneira mais chocante, no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

No dia de hoje, recebi mais de uma dezena de telefonemas daquela Unidade da Federação, procedente de agricultores, alarmados com decisão adotada pelo Ministro da Fazenda, impondo, arbitrária e olímpicamente, uma redução do preço mínimo dos produtos agrícolas, cujos preços são ordinariamente fixados conforme a política

de garantia de preços mínimos, observada pelo Governo Federal, uma redução da ordem de 12,84%, apanhando o processo de comercialização da safra em plena execução e gerando transtornos inumeráveis, além de acarretar problemas de natureza financeira e econômica.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Nação saudou, com fervor, a adoção do Plano de Estabilização Econômica. Não pode agora, vez por outra, ser sobresaltada por medidas particulares que indicam sobre o plano e acarretam a insegurança no mundo dos negócios e, particularmente, a insegurança na área dos agricultores, exatamente, uma área de economia que, sabidamente, nas duas últimas décadas, foi penalizada pela má política agrícola executada pelos Governos militares.

É inadmissível que uma discussão, de critérios interpretativos sobre a correta aplicação de dispositivos contidos no Decreto-Lei nº 22.084, esteja acarretando essa modificação. Isto, de certo modo, expõe o Governo, porque revela insegurança, revela falta de firmeza, de sensatez, na adoção das medidas que já estão em execução, e abala, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a própria confiabilidade pública no conjunto de medidas integrantes do plano de estabilidade econômica. O Sr. Ministro da Agricultura protestou contra a medida, denunciando o seu caráter nocivo para o agricultor, que será, mais uma vez, punido na fixação do preço mínimo, arbitrariamente reduzido. E ainda agregou a sua denúncia uma outra crítica, a de que esta redução nenhum benefício trará para o consumidor, em termos de redução do preço final da mercadoria, que ele necessariamente terá de adquirir; ao contrário disso tudo, penaliza o produtor, não favorece o consumidor e apenas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na expressão insuspeita do Ministro da Agricultura, favorece a especulação, porque favorece aqueles que atuam no setor da intermediação.

É inadmissível, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta medida, que colocou em posição de alerta a produção primária do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Esperamos que essas medidas desajustadas sejam corrigidas a tempo, para não por a perder a credibilidade que o Governo construiu, nesse curto espaço de tempo, durante o qual executou o plano de estabilidade econômica.

Esperamos que o Sr. Ministro Dilson Funaro desça do Olimpo e aja mais democraticamente, contribuindo para corrigir as distorções contribuindo para corrigir as distorções e não para agravá-las, num setor que vem sofrendo incríveis discriminações nas últimas duas décadas em nosso País.

Estou tomando conhecimento, agora, de que foi revogada a medida. Não faltou bom senso ao Governo. Valem os protestos, valeram as críticas, valeu, por certo, a própria manifestação veemente que estou fazendo aqui, Sr. Presidente, porque isso seria um descalabro, jogaria no descrédito público o conjunto de medidas que todos nós saudamos e que temos o compromisso de continuar defendendo sem quaisquer distorções.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O lúdico dever de fazer-se justiça a quem merece, levamos ao imperativo de vir a esta tribuna para ressaltar, em nome do reconhecimento aos méritos de um conterrâneo amazonense, o trabalho desenvolvido por Mustaf Said, empresário de nossa terra natal, como um dos líderes inconteste que é, no Amazonas, tanto da produção como da industrialização da borracha.

Nascido e criado na dura vivência do *hinter land*, onde desde cedo aprendeu através das lições de seu genitor, Teófilo Said, que nada de concreto se produz, numa região como a nossa, que não seja resultado do trabalho enorme e extenuante, dia após dia, no cumprimento do ordenamento divino de que o homem comerá o pão amassado com o suor do seu próprio rosto, Mustaf Said é a simbiose do homem de empresa que o Amazonas carece, na transição da condição de mero extrator, para a de extrator — industrializador da borracha.

Com vastos seringais nativos espalhados na selvática região puruzeira do rio Pauini, até onde levou — quase que num salto entre a idade da pedra e a idade do transistor — a presença de campos de aviação e rápidas ligações pelas ondas rádio telefônicas, Mustaf Said não se

contentou em permanecer, tal como os seus antepassados, todos eles frutos de um estágio sócio-econômico conseqüente à realidade de então, na condição de mero extrator do látex produzido pelas árvores que a natureza se encarregara de espalhar pelas matas. Pelo contrário: impulsionado por uma visão progressista obtida de sua experiência pessoal como primogênito e líder, na ausência de seu falecido pai, do clã dos Said, e dos conhecimentos auferidos na dura e sempre proveitosa escola do trabalho cotidiano em uma atividade que aprendeu a conhecer desde a infância, ele acreditou na programação do governo para a criação de seringais racionalmente implantados. Como conseqüência, em vários pontos do Amazonas vicejam em vastas áreas, sob a responsabilidade das empresas de Mustaf Said, incontáveis seringueiras cuidadosamente cultivadas, em condições de produzir, em futuro brevíssimo, enormes quantidades de borracha tão necessária à demanda nacional por essa estratégica matéria-prima.

Contudo, Mustaf Said não parou na implantação de seringais. Consciente de que a Amazônia precisa deixar a sua condição de mero produtor de matéria original, para se tornar, também, uma vertente operacional propícia à industrialização do produto, lançou-se ele à fase básica dessa industrialização, o beneficiamento na hévea. Para isso, em meio a dificuldades que só serão compreensíveis em toda a sua extensão por aqueles que conheceram as agressivas dificuldades que antagonizam o modo de viver e de sobreviver em regiões como o interior do Amazonas, ele fez implantar duas usinas a milhares de quilômetros de Manaus, a capital, uma na cidade de Lábrea, no Rio Purus, e outra em Eirunepé, no Rio Juruá, abrindo corajosamente para a gente do *hinterland* verde, uma etapa nova de aproveitamento das riquezas oriundas da *hevea brasiliensis*, e com isso criando oportunidades de trabalho e sobrevivência digna para milhares de pessoas que, direta ou indiretamente ligadas às suas indústrias e

atividades agrôpastoris destinadas a alimentar sua gente, dele recebem as benesses de um viver folgado e de um futuro tranqüilo.

É esse o homem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a quem, num dever de elementar justiça, como dissemos, exaltamos neste instante, como um exemplo do que pode e deve ser feito, numa nação jovem como a nossa, para a conquista dos seus grandes sonhos do futuro. Uma nação não cresce e não se engrandece sem o trabalho constante dos seus filhos, e desse trabalho Mustaf Said é um paradigma, ditando um exemplo digno de ser limitado.

Proclamar isso é da maior importância, no instante em que, tudo indica, estarem sendo urdidos em confortáveis gabinetes refrigerados de cúpulas empresariais sulistas, planos diabólicos no sentido de minimizar e, até mesmo, de eliminar a importância da Amazônia como região produtora de borracha e, com isso, desviar de sua direção todos os recursos destinados à implementação de uma produção maior de hévea, em favor de outras regiões já sobejamente aquinhoadas com outros recursos.

Afirmar a existência de pioneiros assim, como Mustaf Said, que labutam para manter a Amazônia como teimosa contribuinte à riqueza nacional, é mais do que uma justiça, é uma autodefesa de uma região ameaçada agora por homens travestidos de patriotas mas que, no fundo, defendem apenas os seus mesquinhos interesses lobbistas, mesmo que à custa de milhões de brasileiros, humildes que sofrem e labutam nas selvas amazônicas e com isso mantêm aquela vasta região integrada ao Brasil.

E esse é um dever e uma denúncia que não nos furtamos de cumprir e fazer, na exaltação de um grande empresário amazonense e na defesa dos interesses dos conterrâneos que nos ajudaram a atingir esta alta tribuna do Parlamento brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação do Requerimento nº 4, de 1986; à constituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas das epidemias de dengue, febre amarela e meningite e as razões da escassez de soro antiofídico em todo o território nacional; e à discussão do Projeto de Lei nº 7, de 1985, que aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento — PND; da Nova República, para o período de 1986 a 1989 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1986-CN (apresentado como conclusão do Parecer proferido, em plenário, pelo Sr. Deputado Nosser Almeida), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.165, de 2 de outubro de 1984, que institui a gratificação de desempenho de atividades previdenciárias e dá outras providências.

Não há número para deliberação. A Presidência deixa de submeter a votos a matéria constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**(10ª edição - 1986)
(formato bolso)**

- **Texto constitucional vigente consolidado (Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 e as alterações feitas pelas Emendas Const. nºs 2, de 1972 a 27, de 1985).**
- **Notas explicativas das alterações com as redações anteriores.**
- **Minucioso índice temático.**

406 páginas
Preço: Cz\$ 10,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (Anexo I — 22º andar)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP: 70.160)

Atende-se também pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984
Preço = Cz\$ 30,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

REVISTA DE INFORMAÇÃO

LEGISLATIVA Nº 88

Está circulando o nº 88 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 400 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- Constituição e Instituições — José Arthur Rios
- As bases constitucionais do Direito Penal Democrático — René Ariel Dotti
- Os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito brasileiro — Almir de Oliveira
- Teoria do Direito e crítica histórica — Nelson Saldanha
- Ideologismo e ciência política — J. Cretella Júnior
- O poder regional. Autonomia municipal e constituinte — José Nilo de Castro
- O contencioso administrativo e a nova meta da especialização da Justiça — uma proposta de reforma do Poder Judiciário — Dilvanir José da Costa
- O sistema internacional de patentes e a nova ordem econômica internacional — considerações breves — Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- Aquisição da propriedade pelo usucapião — Sílvio Meira
- A reforma agrária, o Executivo e o Congresso Nacional — Paulo de Figueiredo
- A consolidação da burguesia rural no Distrito Federal: aspectos ideológicos — Vilma Figueiredo, Brancolina Ferreira e Caetano Ernesto Pereira de Araújo
- Subsídios a uma metodologia para assentamento de agricultores — Marcus Venício Alves da Cunha
- A lei antitruste brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE: alguns aspectos — José Inácio Gonzaga Franceschini
- A nova lei das concordatas — Márcio Antônio Inacarrato
- De nuevo sobre la prisión provisional en España — Antonio M^a Lorca Navarrete
- A prevenção da reincidência — Armida Bergamini Miotto
- Medida cautelar de separação de corpos — Domingos Sávio Brandão Lima
- A edição no Brasil — Fábio Maria de Mattia
- O aprimoramento da proteção aos direitos de autor na reprografia e a necessidade de retorno do domínio público remunerado — Carlos Alberto Bittar

À venda na
Subsecretaria de Edições
Técnicas
Senado Federal

PREÇO:

Cz\$

36,00

Anexo I
22º andar

Assinatura para
1986 (nºs 89 a 92):
Cz\$ 160,00

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984

500 páginas

Preço:

Cz\$ 30,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17